



FRONTEIRA CAPITALISTA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL: A REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO – TOCANTINS

CAPITALIST BORDER AND TERRITORY OCCUPATION: THE BICO DO PAPAGAIO REGION - TOCANTINS

Francinaldo Machado Bó

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
francinaldoboh@hotmail.com

Rogério Castro Ferreira

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
rogeriogeo@uft.edu.br

Adão Francisco de Oliveira

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
adaofrancisco@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de desenvolvimento das relações capitalistas de produção sobre a região do Bico do Papagaio – TO e a ocupação territorial causada por essas relações, destacando, sobretudo a violência sofrida pelas comunidades tradicionais. Nessa perspectiva, realiza-se uma abordagem geo-histórica a partir da acareação das principais políticas para o Cerrado e para a Amazônia e suas implicações territoriais, focando, a princípio, na questão das fronteiras e as políticas públicas agrárias no Brasil, depois nas políticas públicas agrárias no Tocantins e nos conflitos agrários na fronteira econômica do Bico do Papagaio – TO.

Palavras-chave: Conflitos territoriais. Fronteira Capitalista. Região Bico do Papagaio.

Abstract: The objective of this work is to analyze the conditions of development of the capitalist relations of production on the region of Bico do Papagaio - TO and the territorial conflicts caused by these relations, highlighting, above all, the violence suffered by the traditional communities. From this perspective, a geo-historical approach is taken from the main policies of the Cerrado and the Amazon and their territorial implications, focusing, in the beginning, on the issue of borders and agrarian public policies in Brazil, then on the policies in Tocantins and agrarian conflicts in the economic frontier of Bico do Papagaio - TO.

Key words: Territorial conflicts. Capitalist border. Bico do Papagaio Region.

INTRODUÇÃO

O Bico do Papagaio é uma região tocantinense localizada na Amazônia Legal. Tem em sua história a recorrência de conflitos territoriais, especialmente fundiários rurais, dos quais se intensificaram com o avanço da fronteira capitalista sobre a região, decorrente das políticas de desenvolvimento regional do Estado Nacional brasileiro.

As pesquisas sobre conflitos territoriais nessa região sempre se mostraram de suma importância, tendo em vista que o Tocantins e a região do Bico do Papagaio aparecem como a mais nova fronteira econômica, através do agronegócio. Isto está ocorrendo em nível de Brasil e mundial, pois a produção agrária daqui é exportada para todo o mundo. De certo, os estudos acadêmicos sobre os conflitos agrários no Bico do Papagaio são relevantes, porém, pesquisas que envolvam um olhar sobre as políticas públicas idealizadas para essa região ainda são incipientes. Frente a essa perspectiva, o estudo teve como objetivo analisar as condições de desenvolvimento das relações capitalistas de produção sobre a região do Bico do Papagaio e os conflitos territoriais decorrentes, com interesse destacado na violência sofrida pelas comunidades tradicionais.

O Bico do Papagaio, microrregião geográfica no extremo norte do Estado do Tocantins, está hoje inserido no contexto do agronegócio, que atua na região de forma extensiva, não poupando nenhum lugar, desalojando as pessoas ali já estabelecidas em suas posses, ocasionando várias disputas e conflitos, das mais diversas ordens, nos quais sempre o poder econômico sobressai. Chama a atenção o fato de que no momento em que a fronteira capitalista começa a despontar na referida região, por volta da década de 1960, o Estado Nacional brasileiro estava dominado pelo regime militar.

Como o avanço da fronteira capitalista era resultado das políticas de desenvolvimento regional desprezadas pelo Estado Nacional nos governos militares, a sua contestação era motivo de repressão. Não obstante, por tradição os camponeses e os demais povos tradicionais daquela região sempre foram muito organizados, sendo nesse aspecto ajudados tanto pela ala progressista da Igreja Católica, quanto por partidos políticos de esquerda, com destaque o PCdoB.

Assim, a passagem da fronteira pela região, compreendida entre os anos de 1960 e 1980, na tentativa de estabelecer por ali atividades e corporações capitalistas, especialmente vinculadas à produção da terra, causou um rastro de violência e de sangue. Mas a subjugação do território pelo capital e o avanço da fronteira para o interior da Amazônia não alterou a incidência de conflitos e da decorrente violência.

Conforme Santos (2014, p. 184), todo esse contexto sobre trabalhadores rurais sem terra, o campo, o agronegócio e a região do Bico do Papagaio, são fatores que para a “territorialização do capital significa ter o controle e domínio comercial e político do seu mercado na arena global, regional e local”.

Ao analisar as configurações territoriais numa determinada região num lapso temporal estendido, o método geo-histórico se apresenta bastante adequado para o alcance dos objetivos. Porém, em associação com a análise dialética, uma vez que o olhar que se lança é sobre realidades contraditórias e conflitantes atuando num mesmo espaço.

A revisão bibliográfica é fundamental, sendo que alguns autores de antemão se apresentam como balizares nesta pesquisa, tais como: Lira (2017; 2018) e R. Santos (2014; 2017), entre outros.

A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

A questão do povoamento do sertão Centro-Norte brasileiro sempre foi um grande desafio para o Estado Nacional. Isso porque para além da necessidade da preservação da soberania e do território nacionais, sempre houve também a necessidade de se contemplar interesses sociais divergentes sobre as terras interioranas a serem ocupadas. Como o interior dessa porção do território nacional brasileiro é bastante selvagem, a ação do Estado de preparação do espaço a ser ocupado, principalmente com políticas de infraestrutura e de financiamento da produção é fundamental. Nesse sentido, disputam a atenção do Estado grupos sociais detentores de capital (construção civil/empreiteiros, produtores rurais nacionais e internacionais, transportes, agentes imobiliários, agentes financeiros etc.) e grupos sociais destituídos de capital (camponeses, operários, desamparados etc.).

Assim, a ocupação da fronteira e a sua configuração territorial se moldam de acordo com o diálogo/relação/tensão entre os grupos sociais divergentes e os projetos do Estado. Segundo Santos,

Para compreensão de fronteira no Brasil, é necessário distinguir, no interior das fronteiras políticas do país, a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A fronteira política diz respeito a um projeto geopolítico governamental com objetivo de instaurar o povoamento no interior do país e, sobretudo, ter o controle político territorial do espaço. A fronteira econômica se refere, sobretudo, ao processo de desenvolvimento econômico regional e territorial e como expansão do modo capitalista de produção. E a fronteira demográfica se refere ao povoamento e ocupação humana na fronteira. (SANTOS, 2017, p. 233)

Na conformação do espaço brasileiro, esse movimento sempre deu prerrogativa aos interesses do capital. Ao longo da história do país, os novos territórios incorporados e articulados às dinâmicas urbanas litorâneas e do Centro-Sul o foram na perspectiva de ampliar as relações de produção capitalista, ressignificando a divisão regional do trabalho e dilatando as formações socioespaciais. Portanto, “o povoamento e o processo de colonização de novas terras na fronteira é um jogo de interesses políticos, geopolíticos e econômicos para a consolidação do modo de produção capitalista” (SANTOS, 2017, p. 233).

Apesar das especificidades de novas formações socioespaciais, presentes nas funções específicas que cada porção territorial incorporada exercerá na divisão regional do trabalho, o sentido sempre será o mesmo: a reprodução das relações capitalistas no espaço nacional brasileiro. Isso implica em dizer, portanto, que o Estado brasileiro age primeiramente resguardando aos interesses dos grupos capitalistas e, na medida em que isso gera conflito, responde seletivamente às demandas da classe trabalhadora, em tensão principalmente pelas demandas dos grupos sociais marginalizados, como é o caso das comunidades tradicionais, com destaque aos camponeses. Santos (2017), em alusão à condição histórico-sociológica dialética entre frente pioneira e frente de expansão destacada por Martins (1975) sobre o avanço da fronteira brasileira, observa que

O avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e indígenas, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino (SANTOS, 2017, p. 232 e 233).

De fato, os programas governamentais levam mudanças estruturantes onde alcançam, porém as suas ações nem sempre correspondem aos mesmos interesses das populações locais.

Palmeira e Santos (2017, p. 51) esclarecem que a fronteira é “resultado das políticas de investimento para o desenvolvimento regional. Estas políticas de investimentos por outro lado, também oxigenam o processo de urbanização na fronteira”. Segundo os mesmos, as ações desenvolvidas por meio das políticas de investimento nem sempre estão em conformidade aos interesses locais das comunidades, pois estas algumas vezes são retiradas de seus locais e postas em outros, os quais não satisfazem seus anseios, modo de vida, cultura e trabalho.

A legalização de acesso à terra no Brasil ocorreu em meados do século XIX, ou seja, trezentos anos após a chegada dos portugueses no litoral brasileiro. Até então, o regime de sesmarias eram as formas de normatizar o uso e posse das terras brasileiras. Esta política pública, à época, restringiu a posse legalizada da terra aos possuidores de grandes quantias em dinheiro, ou seja, àqueles que já possuíam suas posses e delas se abasteciam economicamente.

A estrutura fundiária brasileira nos quinhentos anos de história praticamente não passou por transformações significativas, pois desde os períodos das sesmarias existe uma maior valorização das grandes propriedades monocultoras que têm suas produções destinadas a exportações para o mercado europeu seja a cana, ouro e agora a soja do que as pequenas propriedades que produzem para seu próprio consumo que, no período da colonização foram massacrados como os indígenas e quilombolas. (LIRA; MIRANDA, 2015, p. 350)

No início do século XX, houve a necessidade de utilizar o interior do Brasil, tendo como destaque o Centro-oeste, região a qual o Bico do Papagaio era inserido na época. De acordo com Lira (2018), as políticas públicas direcionadas para a agricultura era o atrativo para tais empreitadas. Nesse período, observa-se que sempre o mote era a agricultura, não havendo outras formas de produção, como a industrialização, o interesse se mantinha nas vastas terras da região.

Quando os trabalhadores rurais brasileiros tentaram se organizar e persistir sobre seus interesses, o governo central organizou a criação de órgão responsável pela reforma agrária, estabelecendo assim, o marco inicial em políticas públicas voltadas para este fim, com várias medidas, que à época, eram consideradas nada comum. As políticas públicas do início do século XX tinham como principal atrativo em suas campanhas de comunicação em massa a questão da ocupação do interior do Brasil, com garantia de terras ainda não possuídas de seus donos.

A atuação das políticas públicas estabelece-se territorialmente com o auxílio de uma parafernália político-ideológica. Primeiro o discurso esteve impregnado nas políticas públicas de colonização dos anos 40, com o lema “Marcha para o Oeste” (governo de Getúlio Vargas), acompanhado de um forte programa nos meios de comunicação da época, alegando que a imigração para o Oeste seria uma ótima opção para o migrante. (SANTOS, 2014, p. 177)

Na década de 1960 foi institucionalizada uma política de reforma agrária pautada nos mesmos matizes das anteriores: o fomento da agricultura de mercado (monoculturas), com forte incentivo migracional. Os presidentes militares criaram alguns órgãos para fomento, gerenciamento e execução das mais variadas campanhas governamentais no sentido de colonização e reforma agrária. Todavia, os programas governamentais federais foram lançados com vistas a zerar as manifestações contrárias ao poder político central, desaguando em planos, liberação de verbas públicas e locação de terras.

No Brasil, os assentamentos rurais têm sua origem, principalmente a partir da década de 1970 através dos projetos de colonização criados durante o regime militar, mas principalmente das lutas dos trabalhadores rurais nos movimentos sociais. Esses projetos tinham como objetivo ocupar áreas despovoadas e “atrasadas” que, na visão do governo, precisavam se integrar aos processos econômicos em desenvolvimento no país, expandir as áreas de fronteiras destinadas à agricultura capitalizada e ainda servir de pressão fragmentando as lutas de posseiros e trabalhadores rurais em prol da reforma agrária. (LIRA; MIRANDA, 2015, p. 359)

Fatores externos influenciaram o governo federal à fusão de órgãos estatais dando origem ao INCRA, órgão em funcionamento até os dias atuais. No início da década de 1970, o governo federal instituiu o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o objetivo de ser a diretriz dos vários programas que possuíam a mesma concepção de estratégia e geração de economia, muito importante para os governantes.

Nesse processo, coube ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/4) consagrar este princípio gestado nas escolas militares norte-americanas e transferido para o Brasil através dos inúmeros acordos militares entre os dois países, durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, no item referente à **“Estratégia e Grande Espaço Econômico”**, aparece formulado o princípio de **que “a estratégia de desenvolvimento regional consistira, especialmente, na política de integração nacional, em sentido amplo”**(OLIVEIRA, 2016, p. 115, grifo nosso).

As políticas públicas implementadas nas décadas de 1960 e 1970 aumentaram os conflitos rurais no Bico do Papagaio, pois a execução desses programas acarretou em expulsão dos posseiros locais, em crimes violentos e em problemas sociais diversos. Para Santos (2014, p. 176 e 177), os programas especiais de desenvolvimento e de fomento agrário, implantados a partir de 1970, “[...] desempenharam papel decisivo no processo de

acumulação do capital agroindustrial no campo, tais como o Polonoroeste, Polocentro, Prodecer, Polamazônia, etc.”, sendo importante salientar que eles pertenciam ao PND. Não havia nesse plano uma concepção de complementação social destinada ao povo do campo impactado com o estímulo e o avanço do capital agrário, deixando-os vulneráveis e sem perspectivas futuras em seus territórios.

O processo de ocupação do vazio territorial na região do Bico do Papagaio se completou, pois, encerrando uma condição conflitiva, uma vez que a função de mercado representada pelo cercamento de grandes extensões territoriais por capitalistas ou corporações capitalistas se sobrepôs à função social, na qual a terra deveria ser redistribuída entre a população tradicional local e a chegada com políticas de fomento à pequena produção. Com a prevalência das empresas rurais, a região passou a confinar a produção de grãos em larga escala, realizada em grandes porções de terras.

Com o fim dos governos militares, uma nova perspectiva política para o desenvolvimento rural brasileiro se instituiu. Frente ao processo de redemocratização, no início da década de 1990 ocorre uma mudança na administração pública federal, com o fechamento da EMBRATER. No campo social, o MST atua constantemente nas várias demandas conflituosas no ambiente agrário em todo território nacional. O governo federal inicia um novo turno com novas ideias, as quais eram delimitadas pelo desenvolvimento sustentável, surgindo assim, com foco na possibilidade de atuação social, com recursos ambientais locais.

Na década 1990, mesmo havendo atuação bastante incisiva do MST, o governo federal da época inovou as políticas públicas em relação ao campo com a venda de glebas por meio da administração pública federal.

O governo FHC implantou, em 1997, o programa Cédula de Terra, na tentativa de impedir as ações do MST – em especial os trabalhos de base para formar novos grupos de famílias. Desse modo, as famílias sem-terra tinham então duas opções: participar de uma reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra ou participar de reuniões com técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda. Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu uma intervenção direta na questão da luta pela terra por meio de política econômica, e isso em escala nacional. Com essa medida, transferia-se a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra. Aos que aceitaram a política da Cédula da Terra – depois, Banco da Terra –, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja, às políticas do mercado. O governo FHC criou também um projeto denominado reforma agrária pelo correio e iniciou um serviço de cadastramento de pessoas interessadas em ser beneficiadas com um lote de terra. (FERNANDES, 2013, p. 230)

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizou em seus dois governos um elevado aumento nos assentamentos rurais, porém, houve bastante conflito e ocupações de terras. Já nos dois governos subseqüente do Lula, não assentou muita gente como do FHC, mas devido ao alinhamento ideológico e político com os movimentos sociais do campo, houve a diminuição extrema em conflitos no campo.

De fato, a reforma agrária não avançou no governo Lula. Nem mesmo a promessa de assentar todas as famílias acampadas foi cumprida. Em setembro de 2004, o governo desistiu do intento, considerando que os trabalhos de base são fontes inesgotáveis de organização de grupos de famílias. Todavia, a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo FHC. Embora a Medida Provisória que criminaliza a luta pela terra continue vigorando, o governo Lula não a aplicou com o mesmo rigor político contra os sem-terra. Nos dois primeiros anos, as linhas de créditos para os assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica; a formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade. (FERNANDES, 2013, p. 232)

Na atualidade, a política pública da vez é o MATOPIBA, criada através de legislação federal, originando uma nova região, conhecida como a mais nova fronteira destinada ao agronegócio. Sobre essa nova região institucionalizada, Bispo (2017) diz que

Essa região que está sendo denominada de MATOPIBA, ganhou destaque por ser considerada uma região de projeção do agronegócio através da produção de grãos. Cujos eixos do MATOPIBA são: infraestrutura, inovação e tecnologia e desenvolvimento da classe média rural [...] Dentre as justificativas para a constituição dessa região, foi o interesse, sobretudo, como crescimento e chegada de produtores vindos de outras regiões do país para essa região, em busca de áreas para o cultivo de grãos, ocupando o cerrado [...] No entanto, este projeto que busca se consolidar como nova fronteira agrícola, deve ser questionado a partir dos impactos que podem sofrer os povos tradicionais (BISPO, 2017, p. 214).

Importante citar Teixeira (2013, p. 98), com sua convicta afirmação sobre a quantidade de terras em solo brasileiro: “há um amplo território em todas as regiões do país para a execução da reforma agrária com obtenção via desapropriação, sem ameaçar a ‘eficiência’ da grande exploração do agronegócio”.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO TOCANTINS

Após estudar as políticas de desenvolvimento agrário em nível nacional com foco na região amazônica, neste item é examinado os programas em escala estadual, usando o território tocantinense, o qual incorpora a maior parte da região do Bico do Papagaio. Os projetos econômicos direcionados para essa região possuem detalhes, os quais encaminham o potencial econômico das empresas operadoras para serem os grandes beneficiários dos recursos naturais existentes nesta região.

Com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, neste cenário de mudanças políticas é criado o estado do Tocantins, onde a região do Bico do Papagaio está inserida em sua maior porção, a qual ocorreu e ainda acontece situações conflituosas oriundas da posse da terra e seus desdobramentos.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Tocantins inicia como estado, com a situação de também iniciar suas políticas públicas territoriais, com foco no agronegócio, tendo como mote a modernização do campo tocantinense em sua extensão total.

Nessas duas áreas a cultura de arroz possuiu uma maior destaque, talvez pela abundância de água. São terras de várzeas da bacia do Araguaia. Já nos municípios de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros no sudeste do Jalapão. A grande lavoura de soja com toda uma logística vem se estabelecendo, como resultado do avanço da fronteira agrícola estabelecida no município baiano de Eduardo Magalhães assim como nas áreas do PRODECER III no município de Pedro Afonso constituiu-se como um modelo de modernização da agricultura adotado pelo Governador Siqueira Campos na sua primeira gestão no recém criado estado do Tocantins. (LIRA, 2018, p 130)

Lira (2018, p 131) leciona que “Mas por outro lado, precisamos da mesma forma entender que essas áreas de modernização de expansão agrícola, por todo o estado, estão avançando vertiginosamente sobre os territórios de ocupações tradicionais, sejam eles indígenas quilombolas e camponeses.” Ou seja, mesmo com a criação de um novo estado no território do despovoado antigo norte goiano, a situação continuou da mesma maneira, com as políticas de desenvolvimento territorial segregando e gerando conflitos.

Neste contexto, não se consegue seguir algumas políticas com vistas ao desenvolvimento local, ocasionando em vários tipos de problemas e de muitas ordens, sejam elas sociais, econômicas, políticas e de segurança.

O Projeto Rio Formoso se constituiu como o maior projeto agrícola (arroz irrigado) da América Latina, acolheu migrações do sul do país e transformou as relações de trabalho da região, porém, não conseguiu o desenvolvimento esperado. Inserir definitivamente a agricultura do centro do país na lógica do mercado internacional e,

em função dessa não inserção, agora se encontra em profunda crise. (LIRA, 2018, p 135)

Bispo e Tavares (2018, p. 287) afirmam que “Em decorrência deste mesmo posicionamento político presente no Tocantins, o avanço da Reforma Agrária ainda é muito incipiente, mesmo que alguns passos têm sido dados com a criação de assentamentos.” Mesmo dentro dessa ótica há várias décadas ocorrem conflitos agrários no Tocantins, onde Bispo e Tavares mais uma vez asseveram no sentido de “A intervenção estatal, normalmente, ocorre para controle paliativo, em que na maioria das vezes, os camponeses têm seus interesses suprimidos.” (BISPO; TAVARES, 2018, p. 287)

Dando prosseguimento no desenvolvimento territorial, o Tocantins mantém as mesmas maneiras no tocante ao agrário, com as desapropriações de populações tradicionais e indígenas de suas localidades, ocasionando outros conflitos, como observado em outros programas.

O novo estado do Tocantins vem dando andamento nessas projeções de desenvolvimento territorial, com seus próprios argumentos, os quais não mudam dos demais institucionalizados pelos vários governantes que passaram em nível federal, os quais possuem a meta de utilizar a terra para produzir em larga escala com fins de lucro econômico.

O programa PRODOESTE, segundo os órgãos oficiais do Governo do Estado do Tocantins, tem como propósito beneficiar 14 municípios da região sudoeste por meio da construção de barragens de acumulação de água da chuva e de elevações para controle de nível dos rios FORMOSO, Xavante, Dueré, Urubu, Pium e Riozinho, visando a garantia de recursos hídricos ao produtor rural, que serão os beneficiários deste programa. (BISPO, 2017, p. 212 e 213)

O PRODOESTE mesmo divulgando que não iria ocorrer desapropriações de terras, alguns moradores da localidade afirmaram que estava em execução algumas desapropriações, as quais iriam gerar possivelmente agravamento de problemas sociais, econômicos e de segurança, ocasionando em conflitos entre os trabalhadores rurais e as empresas do agronegócio.

Os documentos informativos o Governo do estado do Tocantins afirma ainda que na implantação do PRODOESTE não haverá desapropriações, assim a obra terá menores custos pelo fato de não ter que disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de indenizações. No entanto, em visita a cidade de Pium – TO, aos termos contato com moradores do Assentamento Floresta/INCRA, os assentados afirmaram haver no assentamento famílias que serão desapropriadas de algumas fazendas. (BISPO, 2017, p. 222)

OS CONFLITOS AGRÁRIOS NA FRONTEIRA ECONÔMICA DO BICO DO PAPAGAIO - TO

Lira e Santos (2017, p. 25) argumentam “A máxima, onde há poder, há resistência. Presente frequentemente nos discursos de Michel Foucault define bem as relações sociais cujos conflitos advêm como uma resposta subalterna ao poder vigente. Isso se configura na Região do Bico do Papagaio”, tendo em vista todo o processo de povoamento nas mais diferentes épocas.

Nos dias atuais, o contexto do agronegócio, que atinge o estado do Tocantins e o Bico do Papagaio, em que está presente o homem, este ser político, Fernandes (2013, p. 233) explica que “Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário disputam, com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura. Nesse processo, desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade.”

Nas povoações em que o interesse se deu pela terra de forma a ser produzida com o fim de gerar riqueza, os índios que já habitam essa porção da Amazônia Legal em que o Bico do Papagaio está contido sofreram as suas mudanças.

É evidentemente, que se gerou no estado, um contexto de "terra de ninguém". Este proporcionou também, o surgimento de problemas fundiários, muito deles ainda insolúveis, e que geraram violentos conflitos. Conflitos violentos que contribuíram em muito para disseminar e reforçar a imagem da violência na Amazônia brasileira. É óbvio que os povos indígenas foram as maiores vítimas desse processo (OLIVEIRA, 2016, p. 366).

Os programas de desenvolvimento para a Amazônia trazem uma carga muito grande de vários problemas, dentre eles há os conflitos em torno da posse da terra. Bispo e Tavares (2018, p. 284) exemplificam da seguinte maneira: “Neste plano de ‘desenvolvimento’ as populações do campo são negativamente impactadas de modo mais direto, entrando em conflito com a expropriação gerada pelo capital rentista munido de apoio das políticas estatais”.

Há décadas os conflitos agrários no Bico do Papagaio ocorrem, sempre opondo quem estava na posse da terra com o seu uso tradicional *versus* o detentor de capital que chega, sendo sempre este apoiado por políticas públicas desenvolvimentistas, as quais lhe fornecem grandes quantias financeiras para poder explorar a terra.

Portanto, o tema central de investigação passa pelo necessário diagnóstico da situação atual das diferentes formas de assentamentos humanos na Amazônia brasileira no interior do processo contraditório de formação territorial ditado pela lógica capitalista de apropriação privada da terra e dos recursos naturais, e pela utopia camponesa da conquista da terra liberta. Esse processo, por sua vez, como se sabe, deriva da ocupação territorial da fronteira amazônica, sobretudo, na última metade do século XX. Ele também esteve e está atravessado, marcado pela grilagem de terras, corrupção e violência. Violência contra a natureza, os povos indígenas, os posseiros, os garimpeiros, os colonos, os peões, enfim, contra os trabalhadores de uma forma geral, que para lá se dirigiram em busca do acesso à terra (OLIVEIRA, 2016, p. 26 e 27).

Durante a década de 1960 até a década de 1980, as atenções do governo central, capitaneado por presidentes militares, tinha como um dos focos o Bico do Papagaio, com interesses geopolíticos.

Diante do contexto político, social e econômico das décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma conturbação no Bico do Papagaio diferente dos conflitos ocorridos nessa região, o qual foi denominado de Guerrilha do Araguaia.

O Bico do Papagaio está há muitos anos como a região do país em que há mais mortes decorrentes de conflitos agrários, tendo em vista toda a carga de situações positivas e negativas, elencadas aqui que fazem atingir tal situação sempre.

Outra constatação importante ligada aos números da Nova República refere-se a soma dos anos de 1985 e 1986 onde tem-se um total de 524 mortos em conflitos no campo e as regiões que mais concentram conflitos são em especial a região do Bico do Papagaio, Zona Bragantina e Pindaré-Mirim no Maranhão (CHAVES, 2018, p. 104).

Chaves (2018, p. 117) fala que a região alvo desta pesquisa quando não é foco em decorrência de conflitos, há ebulição em sua proximidade, como assassinatos em situações envolvendo trabalhadores rurais, sempre constando lideranças, tendo ocorrido situações em Corumbiara e Eldorado dos Carajás, ambos no estado do Pará.

Dentro desta situação, há o caso exemplar do líder religioso e apoiador dos trabalhadores rurais em suas lutas em prol de adquirir suas próprias terras para trabalharem, tendo em vista sua vida de messe contra os interesses dos fazendeiros que possuem vastas quantidades de terras na região do Bico do Papagaio.

O padre Josimo, um defensor dos lavradores, foi assassinado em Imperatriz – MA. Lutou pela defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e dos lavradores, constantemente ameaçados por grileiros nos inúmeros conflitos agrários que se espalhavam pela região do Bico do Papagaio (área que abrange o Norte do atual

estado do Tocantins, o Sul do Pará e o Sudoeste do Maranhão) (SANTOS, 2014, p. 213).

Os conflitos atingem as suas vítimas, tais como os povos tradicionais, trabalham e vivem das mais variadas formas, os quais sempre viveram nessa região e que vez ou outra ocorre refrega.

Dentre os sujeitos sociais que sofrem violência no campo, estão os indígenas, quilombolas e as diversas frações da classe dos camponeses. Na região, os camponeses que estão mais presentes e envolvidos em violências são os sem-terras, posseiros, pequenos proprietários e aqueles ligados ao movimento social. Além desses sujeitos sociais, sofrem ameaças de morte, os agentes da pastorais, advogados, políticos, técnicos de instituições que atuam junto aos camponeses e as comunidades originárias (CHAVES, 2018, p. 120).

Chaves (2018, p. 123) expressa que os indígenas são os que mais sofreram diante do avanço ao Bico do Papagaio gerado pelas políticas públicas, pois atualmente quase não há índios nessa região, eles foram desterritorializados, suas sociedades não existem ou estão confinados em poucos membros em território limitados, com o sofrimento, o suor e sangue de batalhas para manterem suas crenças, seus territórios, seus rituais e suas culturas.

As certezas da execução dos mais variados programas estatais no Bico do Papagaio são alicerçadas na força estatal, a qual gera suas mais diversas formas de atuação, pois há o interesse do Estado prevalecendo sobre o individual.

Diante a força estatal há o retrocesso nas ações dos movimentos sociais, com suas variadas manifestações, tais como as ocupações, porém, na década de 1990, houve redução de ações de tais movimentos devido as respostas do contexto policial, onde as atividades dos movimentos sociais de luta pela terra eram entendidos como crimes.

Em 1990, o governo do presidente Fernando Collor de Mello reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários Estados e prendeu muitos de seus membros. Essa ação causou o refluxo do movimento e diminuiu o número de ocupações. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer, (FERNANDES, 2013, p. 228).

O oposto também ocorreu, no tocante à forma de atuação do Estado em relação às atuações dos movimentos sociais, pois no período em que Lula foi presidente, ocorreu a diminuição em ocupações e outras maneiras de ações do MST e outros movimentos, tendo em vista o governo daquele momento ser simpático às suas ideias e ideais.

No período FHC, o recuo se deu por conta da repressão às famílias que vinham buscando principalmente, o Movimento Sem-Terra para ingressarem na luta pela terra. No governo Lula, a iniciativa de recuar da luta pela terra se deu por conta dos

pactos políticos que os movimentos construíram com o governo. Não foi por conta de repressão, foi opção (CHAVES, 2018, p. 123).

Para ilustrar a situação vivida no campo no período em que o Presidente do Brasil era Fernando Henrique Cardoso e Lula, em que ocorreu a diminuição de ocupações, iniciadas por àquele governante.

Foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos a beneficiários da reforma agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora, aguardam que o governo Lula cumpra também esta parte da lei, assentando os mais de 800 mil inscritos. Outros mais de 170 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando esta reforma agrária que não vem. Assim, enquanto ela não ocorre, a luta continua a marcar os campos do país, e não há nenhum sinal de que ela vá diminuir; ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que continuará a crescer. A queda de ocupações no final do governo FHC significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta (OLIVEIRA, 2013, p. 169).

Santos e Santos (2018, p. 56) no tocante a situação conflituosa na região aqui em estudo, reforça dizendo que: “Não é demais lembrar que até o início da década de 1990, de acordo dados da CPT, a Região do Bico do Papagaio figurava entre as mais violentas do mundo”.

Na década de 2000, no novo milênio, a hostilidade contra líderes contrários aos grandes fazendeiros no Bico do Papagaio e suas proximidades continuou com o assassinato da Irmã Dorothy Stang, no estado do Pará.

Nessa premissa é preciso lembrar também, a morte de irmã Dorothy Stang no dia 12 de fevereiro de 2005. Morta por pistoleiros no Estado do Pará no momento em que fazia um trajeto missionário. Não é demais lembrar que a missionária foi ameaçada várias vezes por contestar a lógica do latifúndio na Amazônia, sobretudo, o sistema de grilagem (SANTOS; SANTOS, 2018, p. 58).

A conturbação no campo no Bico do Papagaio vem acarretando em sua história muitos problemas, das mais diversas ordens, ocasionando um acúmulo de ebulições sociais, migrações forçadas e outras circunstâncias ruins para os posseiros e comunidades tradicionais que vivem ou foram excluídas dessa região.

Essa celeuma em torno do Bico do Papagaio vem se arrastando por décadas, com suas várias possibilidades originárias, as quais ultrapassam várias ordens, incomodando vários atores em suas diversas necessidades, com o envolvimento do Estado, inclusive.

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para contê-las. É bom lembrar, no entanto, que contenção não significa solução. As

medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-los refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua (FERNANDES, 2013, p. 227).

O problema da conturbação no Bico do Papagaio tem sua origem nas questões fundiárias, as quais são iniciadas com políticas públicas, que visam gerar progresso na região, em situações que não levam em conta as condições das populações que já vivem na localidade.

Escrever sobre a região Bico do Papagaio, significa escrever sobre conflitos, violências e sobre os mais variados sujeitos que a luta pela terra configurou. Em tese parte-se da premissa que o conflito social nesta região é resultado das políticas de ocupação capitalista, e da concentração dos recursos sob o poder de determinadas classes sociais (CHAVES, 2018, p. 103).

O alvoroço no campo do Bico do Papagaio tem em sua composição as vastas terras que estão sendo usadas na monocultura, onde vários programas de desenvolvimento local estimularam tal situação.

As estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), revelam que, nos últimos 60 anos, houve uma concentração fundiária significativa e o legado disso tudo tem sido o aumento dos conflitos por terra em todo o Brasil, especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola, em direção ao norte do país: (OLIVEIRA, S. 2018, p. 73)

Diante do acima exposto, há confirmação de Santos (2014, p. 209), no tocante aos crimes ocorridos no campo do Bico do Papagaio, pois “Esse fato nos revela uma matemática de violência no campo que é inaceitável para os padrões do território brasileiro que é um país continental, com milhões de quilômetros quadrados de terra que em sua maioria são agricultáveis”. Tal situação reforçada também por Santos e Santos (2018, p. 59), ao afirmarem que “Destacam-se aí, os conflitos agrários no Bico do Papagaio, que se iniciaram ainda na década de 1970 e que ainda se constituem uma herança para a questão agrária tocaninense atual”. Ou seja, ainda se vive conflituosamente nesta região tão rica, porém, possuidora de um povo sofrido e sem terra.

CONCLUSÃO

A situação da fronteira é uma realidade histórica que sempre chama a atenção de estudiosos e da ciência social. A sua expansão, no caso brasileiro, está submetida à determinação do capital e, portanto, é sempre servido aos mais abastados, não garantindo as

mesmas oportunidades aos pobres da terra, trabalhadores sempre preteridos no processo. As políticas de desenvolvimento rural são observadas no contexto brasileiro como a entrega de recursos econômicos aos grandes empresários, sempre direcionando tais programas na forma estabelecida pelo grande capital.

A incidência desse choque sociológico de interesses no território tende a produzir o conflito. A fronteira econômica é a casa desse problema social, sempre comprimindo a população de baixa renda, forçada a uma vida material marcada por necessidades e carências.

Desta maneira, as condições de desenvolvimento das relações capitalistas de produção sobre a fronteira econômica tocantinense, conhecida por Bico do Papagaio, tenderam a gerar, durante o período de sua reprodução histórica sobre a região, os conflitos nas mais diversas formas possíveis, sempre tendo o trabalhador tradicional, em sua maioria, como a parte menos favorecida e sofrida dessa contextualização dura e há muito tempo vivenciada.

REFERÊNCIAS

BISPO, Mariléia O.; TAVARES, Silvaldo Q. Resistência Camponesa no Município de Paranã – TO: o caso da Comunidade Angical. In: LIRA, Elizeu R. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018.

BISPO, Mariléia O. O Cerrado Tocantinense: o agronegócio, o PRODOESTE e a implantação do MATOPIBA. In: SANTOS, Roberto de S.; LIRA, Elizeu R. (orgs.). **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Goiânia: Kelps, 2017.

CHAVES, Patrícia R. A violência nos conflitos socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio. In: LIRA, Elizeu R. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LIRA, Elizeu R. A FUNAI e a política de integração das terras indígenas a economia de mercado. In: SANTOS, Roberto de S.; LIRA, Elizeu R. (orgs.). **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Goiânia: Kelps, 2017.

_____. A violência contra os posseiros na Região de Porto Nacional: do norte de Goiás ao Estado do Tocantins. In: LIRA, Elizeu R. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018.

LIRA, Elizeu R.; SANTOS, Gleys Ially R. dos. Padre Josimo e Mulheres em movimento no Bico do Papagaio: o esforço teórico – uma síntese para entender um novo protagonismo na luta pela terra. In: SANTOS, Roberto de S.; LIRA, Elizeu R. (orgs.). **Fronteira, território e cidades no cerrado**: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps, 2017.

LIRA, Elizeu R.; MIRANDA, Ricardo F. A apropriação do campesinato pelo capitalismo rentista no Tocantins: o caso do município de Miracema. In: SANTOS, Roberto de S. (org.). **Território e diversidade territorial no cerrado**: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais (Vol. II). Goiânia: kelps, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Sebastião de S. O capitalismo no campo e a metamorfose do latifúndio na região de Pedro Afonso – TO. In: LIRA, Elizeu R. (org.). **Geografia agrária do Tocantins**: campesinato, latifúndio e conflitos. Goiânia: Kelps, 2018.

SANTOS, Alisson A. dos; SANTOS, Roberto de S. Território de conflito e resistência: os índios Krahô e a fronteira agropastoril no nordeste do estado do Tocantins. In: LIRA, Elizeu R. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins**: campesinato, latifúndio e conflitos. Goiânia: Kelps, 2018.

SANTOS, Roberto de S. Políticas públicas e o agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: conflitos socioterritoriais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; et. al. (orgs.). **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

_____. Desenvolvimento humano e regional na fronteira: o caso do município de Pedro Afonso – TO. In: SANTOS, Roberto de S.; LIRA, Elizeu R. (orgs.). **Fronteira, território e cidades no cerrado**: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps, 2017.

TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In: STEDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOBRE OS AUTORES**Francinaldo Machado Bó**

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFT. Especialista em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Cabo Branco, Polícia Militar do Estado da Paraíba, -PMPB, 2011. Bacharel em Segurança Pública pela Academia da Polícia Militar de Minas Gerais desde 2002. Membro do OPTE - Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais da UFT. Docente em Cursos de Formação, Habilitação e Aperfeiçoamento de Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO desde 2013. Oficial Agrário da PMTO. Oficial Superior da Polícia Militar do Tocantins, Coronel QOPM. Atualmente é Comandante de Policiamento da Capital da PMTO.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3020201031954750>

Rogério Castro Ferreira

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2015). Possui graduação em GEOGRAFIA pela mesma Universidade (2012). Servidor da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica espacial, interações espaciais, rede urbana, centralidades e hierarquias, desenvolvimento e desigualdades regionais, manifestações artísticas e culturais no ensino de Geografia. É pesquisador do OPTE - Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais e do Instituto de Atenção às Cidades do Tocantins. Além disso, atua também na elaboração e execução de projetos socioculturais e produções artísticas.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2460854355586625>

Adão Francisco de Oliveira

Doutor em Geografia em 2011 pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA) da UFG. Graduado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) da Universidade Federal de Goiás (1996) e mestre em Sociologia pelo Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Goiás (2002). Foi Secretário de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins em 2015 e 2016, tendo acumulado o cargo de Secretário de Estado da Cultura do Tocantins. É Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT de Porto Nacional. Foi coordenador do Mestrado em Geografia em 2014-2015. Exerceu o cargo de Assessor de Relações Institucionais da Reitoria da UFT de junho de 2012 a agosto de 2014. Foi professor da Unitins entre abril de 2008 e julho de 2010, onde ocupou os cargos de Diretor de Pesquisa Institucional e Assessor de Pós-Graduação. Em Goiás, foi professor da UEG entre 2000 e 2007. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana e Regional e Sociologia Urbana, atuando principalmente nos temas de Planejamento e Gestão do Território e Desenvolvimento da Educação. É pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles - núcleo Goiânia desde 2002 e coordena o OPTE - Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais. É organizador dos seguintes livros: "Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento"; "Educação na Alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro"; "Educação, Democracia e Gestão Escolar: gestão democrática"; "Educação, Democracia e Gestão Escolar: temas contemporâneos"; e "Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas".

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1004949833281107>

Recebido em dezembro de 2019.

Aceito para publicação em fevereiro de 2020.

Publicado em março de 2020.